

OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Menasche, Renata

Os grãos da discordia e o trabalho da mídia

Opinião Pública, vol. XI, núm. 1, março, 2005, pp. 169-191

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32911107>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia

Renata Menasche

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo analisa o trabalho realizado pela mídia na construção de representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul, evidenciando sua ação na amplificação da polarização política sobre o tema no estado. Para isso, são focalizados dois episódios, ocorridos nos municípios gaúchos de Cachoeirinha e de Não-Me-Toque. Os tratamentos conferidos por veículos de comunicação a esses episódios são apreendidos de modo a possibilitar a observação das características da ação da mídia gaúcha na construção de representações sociais referentes ao tema.

Palavras-chave: alimentos transgênicos, representações sociais, mídia, Rio Grande do Sul.

Abstract

This paper analyzes the work done by media in the making of social representations upon the growing of genetically-modified (GM) crops and food in Rio Grande do Sul, showing its role in the increase of political polarization on this issue in the state. In order to demonstrate this, two events in the towns of Cachoeirinha and Não-Me-Toque are considered. The type of coverage given by the media to these events is apprehended to enable the observation of the local media role in the building of social representations concerning GM organisms.

Keywords: genetically modified organisms, social representations, media, Rio Grande do Sul.

Este artigo analisa o trabalho realizado pela mídia na construção de representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul, evidenciando sua ação na amplificação da polarização política sobre o tema no estado.

O presente estudo é resultado de uma pesquisa mais ampla, que estabeleceu por objeto as representações sociais de agricultores e consumidores gaúchos sobre cultivos e alimentos transgênicos (MENASCHE, 2003a). Junto aos agricultores, a pesquisa etnográfica foi desenvolvida em junho, agosto e setembro de 2000, em duas localidades situadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, norte e centro-sul, duas das regiões em que havia, à época, notícia da presença de cultivo clandestino de soja transgênica. Com os consumidores, a partir do tema abrangente hábitos alimentares, foram realizadas entre novembro de 2001 e março de 2002 vinte e cinco entrevistas em profundidade junto a moradores de Porto Alegre – mulheres e homens, de diferentes classes sociais, etnias, faixas etárias, inserções profissionais, situações familiares, religiões, locais de nascimento e de moradia e escolaridades¹. Durante o período analisado, realizou-se o acompanhamento sistemático das notícias publicadas sobre o tema nos dois principais jornais do Rio Grande do Sul.

Introduzindo o tema

“A dúvida foi semeada. O que se esconde por trás das três letras OGM [organismos geneticamente modificados], que suscita tal diversidade de pontos de vista, de debates? Três outras letras, DNA. Os genes seriam responsáveis pelos males que agitam a sociedade neste fim de século: transgressão da ordem natural, artificialização da natureza, manipulação da vida” (RICROCH, 1998, p. 11).

No Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, o tema organismos geneticamente modificados tem sido destacado através de polêmicas nos mais diversos campos. Ciência, política, religião, economia, meio ambiente, saúde: quando o tema em questão são os transgênicos, o que há em comum entre as perspectivas apontadas pelas diferentes áreas é a inexistência de consenso. Governantes, legisladores e juízes; cientistas e religiosos; organizações de agricultores, de consumidores e ambientalistas têm se posicionado contrária ou

¹ Vale mencionar que, com o objetivo de preservar o anonimato dos informantes, os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

favoravelmente às aplicações na agricultura e na alimentação da técnica que possibilita a introdução em organismo hospedeiro de genes originários de outro organismo. É assim que o assunto tem se tornado objeto de leis, estudos, reportagens, seminários, livros, filmes, exposições artísticas, declarações, manifestações, debates e embates em que evidenciamos as dimensões materiais e simbólicas relativas ao tema.

Os termos em que se apresenta o debate brasileiro, e especificamente o gaúcho, sobre os organismos geneticamente modificados reproduzem os argumentos favoráveis e contrários, do debate internacional, com a presença de cientistas dos dois lados atestando a pertinência de seus argumentos. Vejamos.

De um lado, afirma-se que os cultivos transgênicos seriam mais produtivos e teriam importância fundamental para aumentar a produção de alimentos em um quadro de combate à fome no mundo. De outro lado, contesta-se a maior produtividade dos cultivos geneticamente modificados ao mesmo tempo em que a produção insuficiente de alimentos cede lugar à sua má distribuição, relacionada às desigualdades regionais e sociais, como causa principal da fome.

Ao tempo em que defensores dos transgênicos argumentam que esses cultivos possibilitam a utilização menos intensiva de agrotóxicos, causando menores danos ao meio ambiente e proporcionando maior rentabilidade aos produtores, aqueles que combatem a tecnologia afirmam que em pouco tempo ervas invasoras e insetos deverão, através de seleção natural, adquirir resistência aos agroquímicos utilizados em seu controle, o que requereria dosagens cada vez mais elevadas e acarretaria maiores danos ao meio ambiente e menor rentabilidade aos produtores.

Enquanto uns afirmam que a adoção da tecnologia significaria a subordinação dos interesses nacionais às grandes corporações transnacionais detentoras de patentes de sementes transgênicas, outros argumentam que a não-adesão à transgenia implicaria em perda de competitividade no mercado internacional.

E ainda, quando organizações de consumidores e ambientalistas afirmam serem desconhecidos os riscos dos organismos geneticamente modificados à saúde e ao meio ambiente, alertando para a possibilidade de alergias, poluição genética e erosão da biodiversidade, setores pró-transgênicos negam que qualquer efeito prejudicial tenha sido comprovado, argumentando não ser possível exigir um risco zero de qualquer tecnologia ou alimento.

Assim, a polêmica sobre os organismos geneticamente modificados é multifacetada, envolvendo mais que aspectos científicos, mas também econômicos, sociais, ambientais, sanitários e, especialmente, políticos.

A dimensão econômica da questão confere ao Brasil relevância no debate internacional. O país é o único dos três grandes exportadores de soja – ingrediente

presente em cerca de 60% dos alimentos industrializados – onde a legalização do cultivo de grãos geneticamente modificados em escala comercial permanece não definida². Ao mesmo tempo, o que explica a importância do Rio Grande do Sul nesse debate é uma dimensão centralmente política e sua posição não pode ser compreendida apenas por ser o estado responsável por cerca de uma quinta parte da produção nacional de soja ou onde mais intensamente o cultivo ilegal do grão geneticamente modificado tem se propagado. Quando a polêmica estava ainda em sua fase inicial, à época em que Fernando Henrique Cardoso iniciava seu segundo mandato na Presidência da República e Olívio Dutra era empossado governador do Rio Grande do Sul, os governos federal e estadual assumiram posturas e medidas que os colocariam em lados opostos no campo do debate em relação ao tema dos transgênicos. Enquanto a posição contrária adotada à época pelo governo gaúcho conferiria uma dimensão politicamente amplificada à polarização nacional sobre o tema, em âmbito estadual ela se tornaria o ponto de partida para acirrar os setores favoráveis e contrários aos organismos geneticamente modificados.

O recorte temporal deste trabalho foi estabelecido tendo presente a relevância das ações governamentais na conformação do debate sobre os organismos geneticamente modificados. Dessa forma, o período aqui em foco é o compreendido entre os anos de 1999 e 2002, quando eram vigentes os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e de Olívio Dutra.

Entendendo, como propõe Champagne (1991), que os meios de comunicação, parte integrante da realidade e criadores de uma visão mediática da realidade, agem fabricando coletivamente representações sociais, buscou-se aqui analisar a construção de imagens pela mídia gaúcha que contribuíram para a conformação da polarização política sobre os transgênicos no Rio Grande do Sul.

Para isso, são focalizados dois episódios ocorridos nos municípios gaúchos de Cachoeirinha e de Não-Me-Toque. Os tratamentos conferidos pelos veículos de comunicação a esses episódios objetivam possibilitar a apreensão das características da ação da mídia gaúcha na construção de representações sociais referentes ao tema. Mas antes, cabe delinear brevemente o campo do debate gaúcho sobre os transgênicos, bem como apresentar os agentes sociais que nele tomam parte, situando assim os episódios a serem analisados.

² Brasil, Estados Unidos e Argentina respondem por 90% do comércio mundial do grão.

Contextualizando: a soja pirata no estado livre de transgênicos

Em 1999, o jornal gaúcho Zero Hora contabilizaria a evolução do número de vezes em que o termo transgênico, inclusas as variações de gênero e grau, aparecera em suas reportagens. Naquele ano, o termo foi registrado 1291 vezes – correspondendo a uma média de 3,5 vezes por dia –, enquanto no ano anterior havia aparecido dez vezes menos³. Esses números podem ser tomados como evidência da importância do tema no cenário estadual daquele ano, bem como da relevância a ele conferida pela mídia gaúcha desde então.

A soja está no centro da polêmica brasileira sobre os organismos geneticamente modificados. Em junho de 1998, a soja *Roundup Ready*, cuja patente pertence à empresa norte-americana Monsanto, seria objeto da primeira solicitação de autorização para cultivo transgênico em escala comercial no país, recebendo, na seqüência, parecer favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)⁴. Desde então, enquanto no Congresso Nacional a regulamentação do tema transgênicos permanece em debate, a autorização do cultivo em escala comercial da soja RR vem sendo impedida por sucessivas batalhas judiciais, tendo como marco a sentença, ancorada no princípio de precaução, do juiz Antônio Souza Prudente, de junho de 2000⁵.

Dessa forma, no período abordado neste estudo, o tema, objeto de debates parlamentares e de disputas judiciais, permaneceria em suspenso no que se refere à legalidade dos cultivos em escala comercial no país. Entretanto, e como é de conhecimento público, do fato de não haver no período qualquer cultivo geneticamente modificado cuja produção em escala comercial tenha sido legalmente autorizada não se pode deduzir a inexistência de grãos transgênicos entre os colhidos nos campos de soja nacionais. Ao contrário, as áreas semeadas ilegalmente com soja geneticamente modificada, inicialmente cultivadas a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, expandiram-se ano a ano, especialmente no Rio Grande do Sul.

Enquanto em âmbito nacional os tribunais eram o palco privilegiado para a polêmica sobre os organismos geneticamente modificados, no Rio Grande do Sul as disputas legais dar-se-iam em segundo plano, submetidas, especialmente em 1999, à dinâmica dos acontecimentos que ocorreriam junto aos campos de soja no interior do estado.

³ Transgênicos na boca do povo, *Zero Hora*, 24/12/1999.

⁴ A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi instaurada em 1996, tendo por função examinar a biossegurança dos organismos geneticamente modificados.

⁵ Disponível em: <<http://www.infojus.com.br/idec.html>>. Acesso em: 5 jun. 2000.

Em março de 1999, o governador Olívio Dutra, declarando pretender tornar o estado livre de transgênicos, assinaria o decreto que determinava a obrigatoriedade de notificação ao poder público estadual das áreas em que houvesse pesquisas com cultivos transgênicos, estabelecendo a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) como condição prévia para a realização de experimentos. Amparada nesse decreto, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado interditaria dezenas de áreas experimentais de cultivos transgênicos que não haviam apresentado EIA-RIMA, apesar de anteriormente autorizadas pela CTNBio.

É possível identificar nas interdições de áreas experimentais realizadas pelo governo estadual o ponto de partida para o acirramento do conflito referente aos transgênicos no Rio Grande do Sul. Ou, mais precisamente, como veremos, no tratamento conferido pela mídia às ações do executivo a partir de tais interdições.

Ao mesmo tempo que a atuação do governo estadual passava a ser percebida como ameaça às lavouras clandestinas de soja transgênica, o debate sobre o tema era levado ao interior do estado, em reuniões realizadas por organizações não-governamentais e movimentos sociais dos diversos matizes, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – a Farsul, organização sindical patronal rural –, representativos dos pólos desse debate.

Na Assembléia Legislativa, deputados pró e contra a adoção da tecnologia apresentavam projetos de lei sobre o tema. Em vários municípios, prefeitos e vereadores aprovavam legislações locais proibindo ou autorizando o cultivo de organismos geneticamente modificados. Enquanto o Greenpeace, acompanhado por uma dezena de entidades ambientalistas, religiosas e de consumidores, promovia campanha de opinião pública pela transformação do Rio Grande do Sul em estado livre de transgênicos, os Clubes Amigos da Terra⁶ estimulavam abertamente o plantio dos grãos proibidos.

À medida que se aproximava a época de plantio da safra de soja de 1999-2000, de lado a lado os ânimos acirravam-se, os argumentos transformando-se em desafio e ameaça. Os setores pró-transgênicos, amplificados pelos veículos de comunicação, divulgavam avaliações que atestavam supostas vantagens competitivas da soja transgênica, ao mesmo tempo que propagandeavam como iminente a suspensão da proibição do cultivo comercial das variedades

⁶ Os Clubes Amigos da Terra foram criados a partir dos anos oitenta, reunindo produtores – predominantemente médios e grandes – praticantes do sistema de plantio direto na palha. No Rio Grande do Sul, no que se refere ao tema soja transgênica, os Clubes Amigos da Terra mais atuantes seriam os dos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Em torno desses municípios, localizados na parte norte da região central do estado, ocorreriam os principais episódios de confronto entre governo estadual e produtores pró-transgênicos.

geneticamente modificadas no país e, ainda, a partir da produção de sementes ocorrida na safra anterior, afirmavam ser inevitável a expansão de lavouras transgênicas no estado. Diante do que ia se constituindo como fato consumado, o governo estadual alertava os produtores, afirmando que garantiria o cumprimento da lei, impedindo a presença de lavouras transgênicas. O tom do debate elevava-se como apostas que se sucediam em uma mesa de jogo. Restava saber quem manteria a aposta até o final.

É nesse contexto que, em outubro de 1999, pela primeira vez atuando fora dos limites das áreas experimentais, os fiscais da Secretaria de Agricultura coletariam oitocentas amostras de sementes de soja que seriam submetidas a teste de transgenia, anunciando que os proprietários de sementes identificadas como transgênicas teriam o produto interditado. Da mesma forma, na primeira semana de novembro, as equipes de fiscalização realizariam vistorias em galpões, armazéns e lavouras, ou seja, porreira adentro das propriedades rurais. Os fiscais visitariam duzentas propriedades, concentradas predominantemente na região centro-norte do estado, em torno de Cruz Alta e Tupanciretã, realizando setecentos testes de transgenia, apreendendo mais de três mil sacas de soja transgênica e encaminhando ao Ministério Público Federal uma lista com nomes de produtores considerados possíveis infratores.

O movimento seguinte seria protagonizado pelos Clubes Amigos da Terra, Sindicatos Rurais e a Farsul. Em novembro e dezembro, centenas de produtores seriam mobilizados, organizados em piquetes e manifestações para impedir a ação dos fiscais do governo estadual. Diante de estradas bloqueadas por camionetas e tratores e com fiscais da Secretaria de Agricultura feitos reféns, o governo estadual suspenderia as vistorias, buscando solução negociada para a substituição das lavouras transgênicas por convencionais.

Com a rejeição da solução negociada, lideranças pró-transgênicos orientariam os produtores a permanecerem mobilizados, para impedir a retomada da ação fiscalizadora do governo estadual, declarando como intenção da mobilização, “evitar que a incineração de lavouras transgênicas atingisse qualquer produtor da região”⁷.

A ameaça representada pela ação fiscalizadora do governo estadual seria assim utilizada como argumento para produzir a coesão dos produtores, apresentada como necessária para garantir a integridade de suas lavouras. As vistorias em lavouras semeadas ilegalmente com soja geneticamente modificada jamais seriam retomadas durante o governo Olívio Dutra.

⁷ Produtor de soja se mobiliza em Cruz Alta, *Correio do Povo*, 30/12/1999.

Os usos da fogueira: o trabalho da mídia na amplificação do conflito

“Após cerca de cinco audiências com entidades ruralistas esta semana, o secretário da agricultura, Odacir Klein, afirmou ontem à tarde que irá pedir que o judiciário apresse o julgamento do recurso que impede a liberação dos transgênicos. [...] Klein avalia que, se houver julgamento imediato e favorável à liberação, a Polícia Federal não teria mais razões para agir contra o plantio, que hoje é crime. [...] O secretário avalia que seria desastroso para a economia gaúcha se a produção fosse colocada sob suspeita. Klein disse ser favorável à pesquisa e não à queima a lavouras” (Klein pede pressa na liberação de transgênicos, *Zero Hora*, 13/02/2003).

Um leitor que se deparasse com essa notícia em que o secretário de agricultura do governo Germano Rigotto (PMDB), sucessor de Olívio Dutra (PT), assumiria a defesa da legalização do cultivo comercial da soja geneticamente modificada, afirmando ser favorável à pesquisa e contrário à queima de lavouras, seria facilmente levado a concluir que as lavouras cultivadas ilegalmente com sementes de soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul estivessem sob ameaça de serem queimadas. No entanto, diferentemente do ocorrido em relação a áreas utilizadas para pesquisa agrícola ou a sementes contrabandeadas apreendidas, a queima de lavouras transgênicas clandestinas não fora implementada ou proposta por qualquer órgão governamental, estadual ou federal, que tivesse por responsabilidade o controle dessas áreas de produção.

Ainda assim, a ameaça da fogueira rondaria o debate sobre os cultivos geneticamente modificados no Rio Grande do Sul desde 1999, sendo incorporada ao discurso de diferentes agentes sociais envolvidos no processo:

“O presidente do Clube dos Amigos da Terra de Tupanciretã, Almir Rebello, acredita que poderá frear as fiscalizações em busca de semente de soja transgênica. [...] ZH: Vocês não temem a destruição de lavouras? Rebello: Não acreditamos nesse tipo de ação, até porque seria uma catástrofe estadual queimar lavouras de 500 ou mil hectares” (Entrevista: Almir Rebello, *Zero Hora*, 10/11/1999).

“O que diz Adelar Portela, da direção estadual do MST: ‘É preciso deixar claro que nós não anunciamos que vamos ocupar fazendas ou queimar plantações. Essas são apenas hipóteses, caso o governo demore em desapropriar fazendas improdutivas e agir contra os

transgênicos. Defendemos, sim, que o governo dê aos transgênicos o mesmo tratamento que dispensa às plantações de maconha. Ambos os cultivos são proibidos" (Farsul ameaça recorrer ao Exército, *Zero Hora*, 21/12/1999).

Se é verdade que a queima de lavouras transgênicas clandestinas estaria presente nas falas de diferentes agentes sociais, é possível afirmar que sua consolidação no debate deu-se a partir da ação dos meios de comunicação. Para evidenciar o trabalho da mídia gaúcha na construção da fogueira enquanto ameaça e em sua consolidação no debate público sobre os transgênicos no estado, está aqui reconstituído um dos episódios que marca esse debate.

Esta narrativa tem como ponto de partida o dia 22 de abril de 1999. No foco, uma área experimental, de propriedade do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), situada em Cachoeirinha, onde era testada uma variedade de arroz geneticamente modificado, resistente ao herbicida *Libert Link*, da empresa AgrEvo. Constatada a inadequação do isolamento da área experimental de Cachoeirinha, a CTNBio determinaria e executaria, naquela data, a queima dos trezentos pés de arroz geneticamente modificado do experimento.

Recordemos que em março daquele ano o governador Olívio Dutra assinara o decreto que determinava a notificação ao poder público estadual das áreas onde houvesse pesquisas com cultivos transgênicos, estabelecendo a apresentação de EIA-RIMA como condição prévia para a realização de experimentos. E que, amparada nesse decreto, a Secretaria de Agricultura do estado interditaria dezenas de áreas experimentais, sendo a primeira delas a área de Cachoeirinha.

A notificação dessa área pelo governo estadual havia ocorrido em 15 de abril, alguns dias antes, portanto, da destruição do experimento, executada pela CTNBio, em 22 de abril. É importante destacar que as ações dos governos federal e estadual nesse episódio não estavam concatenadas, e este é um ponto de fundamental importância para perceber como se deu o trabalho da mídia gaúcha na construção da fogueira como ameaça e em sua consolidação no debate sobre os transgênicos. Mas, mesmo não estando as duas instâncias agindo de forma combinada, o governo estadual não faria segredo de sua satisfação ante a constatação, pela CTNBio, da inadequação do isolamento da área experimental de Cachoeirinha. Afinal, ela evidenciava a pertinência do decreto estadual, que estabeleceria como pré-requisito para a realização de experimentos com variedades transgênicas a apresentação de EIA-RIMA.

É nesse contexto, em que o governo estadual comemora o rigor – não corriqueiro – adotado pela CTNBio nessa ação, que encontramos, naquele 22 de abril, o secretário estadual de agricultura e abastecimento do Rio Grande do Sul em Cachoeirinha, ao lado do monte de pés de arroz transgênico que ardia em chamas.

As imagens dessa fogueira seriam reprisadas inúmeras vezes nos jornais televisivos. No dia seguinte, as fotos do secretário ao lado das plantas transgênicas em chamas ilustrariam as manchetes dos jornais impressos. O episódio teria destaque não apenas nos veículos de comunicação gaúchos, mas também na mídia nacional.

Nada há de surpreendente na repercussão dessas imagens pela mídia. Afinal, como afirma Champagne (1991), na busca pela elevação dos índices de audiência, a lógica do trabalho jornalístico, em consonância com as representações e expectativas ordinárias do grande público, conduz o foco para o que parece excepcional e fora do comum. Excepcional e fora do comum parece ser uma classificação de fácil aplicação para o caso de um experimento agrícola que termina em chamas.

Na mesma direção, como indica Moirand (1997), o efeito de dramatização produzido pela informação colocada em imagens, mais intenso do que o gerado a partir do discurso, pode ser melhor apreendido tomando em conta que enquanto esquemas, gráficos e mapas atingem mais diretamente o cognitivo, filmes e fotos reforçam o emotivo. É assim que a utilização recorrente pela mídia de imagens espetaculares como as da fogueira de Cachoeirinha pode ser percebida como uma das características da lógica de funcionamento do campo jornalístico.

É assim que podemos entender a intensa exposição das imagens da fogueira de Cachoeirinha realizada pelos veículos de comunicação, particularmente os gaúchos. Mas quais seriam os significados da ênfase conferida à presença do secretário de agricultura na cena?

A resposta a essa questão leva em conta que o trabalho de construção de representações sociais realizado pelo campo jornalístico é fortemente dependente dos interesses próprios a esse setor de atividade, e tende a exercer forte influência no funcionamento do campo político (CHAMPAGNE, 1991 e 1999).

No Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra, alguns veículos de comunicação, particularmente os pertencentes ao grupo Rede Brasil Sul de Notícias (RBS), entre os quais está o jornal Zero Hora, assumiram postura oposicionista ao governo estadual⁸.

⁸ A respeito, ver a análise de Guareschi (2002, p. 67-68), que evidencia o que considera uma campanha sistemática empreendida pela RBS contra o governo estadual, apontando que sua ação criaria “uma representação social fortemente negativa, desacreditada e pejorativa” do governo Olívio Dutra, representação que se tornaria “a realidade política do Rio Grande do Sul”.

No que se refere ao episódio em foco, mais precisamente à autoria da fogueira, o fato da ação na área experimental de Cachoeirinha ter sido determinada e executada pela CTNBio foi encoberto pelos veículos de comunicação. A mídia o substituiu por uma outra versão do episódio, em que o ato de destruição passava a ser associado ao governo estadual. Daí o destaque conferido à presença do secretário na cena.

A versão criada havia sido relacionada a uma ação previamente realizada pelo MST, que em 1º de março de 1999, no assentamento Rondinha, município de Jóia, destruíra uma lavoura de um hectare de soja. Podemos identificar no tratamento dado pela mídia a esse episódio o recurso à lógica do precedente. Explicando o trabalho de produção da notícia, Champagne (1991) aponta que, dada a necessidade de pensar rápido e sobre assuntos muito diversos, decorrente da concorrência entre os jornalistas e entre os veículos de comunicação, fatos atuais são, muitas vezes, apresentados a partir de esquemas já utilizados em fatos passados, o desconhecido sendo então tratado como conhecido.

Cabe ainda mencionar um outro episódio relacionado à queima de plantas transgênicas, ocorrido apenas alguns dias antes desse que se passou em Jóia. Em 25 de fevereiro, em Júlio de Castilhos, na estação experimental da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), agricultores (a imprensa não especifica que agricultores) queimaram sessenta e sete pés de soja suspeita de transgenia. Mesmo tendo sido esse o primeiro episódio relacionado à queima de plantas transgênicas no estado, teve pouca repercussão, o que talvez possa ser atribuído à pequena quantidade de plantas destruídas ou, ainda, à pouca utilidade que apresentaria para a mídia na construção de sua versão da fogueira de Cachoeirinha.

Um detalhe da cena de Cachoeirinha: o secretário trajava um colete vermelho. Nas imagens divulgadas, esse talvez tenha sido o detalhe que, transformado em evidência simbólica, conferiria veracidade à versão do episódio produzida pela mídia. Afinal, o vermelho da roupa era o mesmo encontrado nas bandeiras do MST e do Partido dos Trabalhadores, partido então à frente do governo estadual.

Entre os comentaristas de vários veículos de comunicação, especialmente emissoras de rádio e televisão, haveria aqueles que, reproduzindo o tom do debate que se dava entre lideranças políticas, comparariam a suposta ação da Secretaria de Agricultura às fogueiras da Inquisição ou às fogueiras de livros do nazismo, estabelecendo os pólos do debate: de um lado, o autoritarismo e o obscurantismo, de outro, o conhecimento e a ciência.

A partir de então, inúmeras seriam as referências, na mídia, ao episódio de Cachoeirinha, o episódio da fogueira. Nos meses que se seguiram, a repetida alusão à suposta ameaça de queima de lavouras transgênicas contribuiria para um crescente tensionamento entre governo estadual e produtores de soja pró-transgênicos.

Em 19 de outubro de 1999, um novo episódio viria a contribuir para o aprofundamento desse tensionamento que, em novembro, quando os produtores se mobilizariam para impedir a fiscalização de lavouras pelo governo estadual, se transformaria em confronto aberto. Cumprindo decisão judicial inédita no país, a Polícia Federal incineraria as 22,5 sacas de soja transgênica apreendidas em Júlio de Castilhos em outubro de 1998. Note-se que essa apreensão realizara-se antes de Olívio Dutra ser governador do estado.

A reportagem “A soja pirata”, publicada em 15 de outubro daquele ano pelo jornal Zero Hora, é particularmente ilustrativa do trabalho da mídia na consolidação da ameaça da fogueira e do ambiente de tensionamento que ela contribuía para acirrar. Vejamos alguns trechos dessa reportagem:

“A ameaça da Secretaria da Agricultura de que lavouras clandestinas podem ser queimadas faz com que produtores como R., de Cruz Alta, armem um esquema de cinema para dar um depoimento sobre o assunto. No meio da tarde de uma terça-feira, preferiu marcar a entrevista em um posto de gasolina na beira da estrada. Como referência, apenas a caminhonete preta”.

“O agricultor A., de Cruz Alta [...] no ano passado, não resistiu. Comprou sementes transgênicas de um contrabandista e plantou. A produtividade foi igual aos cultivos tradicionais. O que mudou foi o custo. Agora, o produtor tem sementes guardadas, mas ainda não sabe se vai plantar nos seus 220 hectares: ‘Dizem que as lavouras podem ser queimadas. Vou esperar para ver o que a vizinhança vai fazer’” (A soja pirata, *Zero Hora*, 15/10/1999).

Vale lembrar que até aquele momento eram quatro os registros relacionados à queima de material geneticamente modificado no Rio Grande do Sul atribuídos pela mídia ao governo estadual, embora nenhum fosse de sua responsabilidade: em 25 de fevereiro, Júlio de Castilhos, realizada por agricultores;

em 1º de março, Jóia, pelo MST; em 22 de abril, Cachoeirinha, pela CTNBio; em 19 de outubro, Júlio de Castilhos, pela Polícia Federal⁹.

As retrospectivas sobre o tema produzidas pelo jornal Zero Hora são interessantes para perceber como a versão construída pela mídia consolidar-se-ia, com o passar do tempo, como versão dominante.

É assim que, no final de 1999, teríamos uma reportagem em que a queima de soja em Júlio de Castilhos – presumivelmente a primeira, ocorrida em fevereiro, realizada por agricultores – seria, com todas as letras, atribuída ao governo estadual. Na mesma reportagem, o executivo estadual seria, ainda, culpabilizado pela destruição do arroz transgênico da área experimental de Cachoeirinha, realizada pela CTNBio. Vejamos:

“O ano foi do transgênico. Nos tribunais e nas lavouras. Os primeiros *rounds* entre o governo estadual e os produtores foram travados ainda no início do ano, quando técnicos da Secretaria da Agricultura queimaram pés do produto modificado geneticamente em Júlio de Castilhos, na região central do estado. Uma lavoura experimental do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), em Cachoeirinha, foi destruída por ordem da CTNBio, e os produtores culparam o governo estadual” (*Transgênicos na boca do povo, Zero Hora*, 24/12/1999).

No final do ano seguinte, comentando as ações realizadas pelo governo estadual em relação ao tema durante o ano de 1999, Zero Hora afirmaria: “o estado interdita mais de 70 áreas experimentais e queima lavouras de arroz, milho e soja” (Procuradora alerta para crime de desobediência, *Zero Hora*, 29/11/2000).

Refletindo o que parecia ter se consolidado como interpretação dominante, a mesma frase seria reproduzida, já na metade do ano de 2001, em reportagem de título sugestivo: “Agricultor pretende ampliar lavoura clandestina” (*Zero Hora*, 27/7/2001).

Na história contada pela mídia, a imagem construída do governo gaúcho seria a de um agente implacável na fiscalização e destruição de áreas cultivadas ilegalmente com sementes transgênicas. À ação governamental era atribuída a possibilidade de interrupção do ciclo natural de desenvolvimento das plantações. A ameaça de queima de lavouras conferia à ação do estado um poder de destruição

⁹ Em relação ao último desses registros, a ação seria realizada em 19 de outubro, portanto após a publicação da reportagem aqui comentada. Entretanto, seu anúncio precedera a publicação da referida reportagem.

só encontrado em catástrofes naturais. Daí a força do argumento construído, pelo que carrega de simbólico.

Nesse quadro interpretativo, não é difícil concluir que a imagem de um “governo incendiário de lavouras” tenha contribuído para um maior tensionamento e polarização entre os agentes sociais envolvidos, acirrando o conflito referente aos transgênicos no Rio Grande do Sul.

Não-Me-Toque e o francês: um episódio lembrado

Até o Bové, aquele, veio aí, e tocou fogo, destruiu tudo, só não sei também porque que destruiu, não sei porque que ele não gostou disso aí, porque que tem uns políticos que são contra, outros que são a favor... eu não sei se tem algum interesse de empresas grandes no meio, por causa de adubo, por causa disso, aquilo outro, acho que até é por aí... (Armando)

Até o francês, aquele, esteve aí no ano passado, e estragou uma lavoura, dizimou. Deu uma polêmica sem tamanho! (Gilberto)

Nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre, entrevistados a partir da polêmica sobre os transgênicos, um episódio apareceria de forma recorrente: trata-se da manifestação contrária aos organismos geneticamente modificados realizada no município gaúcho de Não-Me-Toque no início de 2001.

A análise aqui desenvolvida possibilita a apreensão do processo que levaria à permanência desse episódio na memória dos informantes e busca evidenciar algumas características do trabalho de construção de representações sociais realizado pela mídia gaúcha em relação ao tema dos transgênicos.

Para isso, o ponto de partida é a observação de que o episódio em questão, ocorrido em 26 de janeiro de 2001, seria responsável pelo deslocamento do foco e da amplitude da cobertura jornalística conferida ao Fórum Social Mundial, o primeiro que então se realizava em Porto Alegre, e a identificação da presença do ativista francês José Bové entre os protagonistas da manifestação de Não-Me-Toque como razão da expressiva repercussão alcançada por esse episódio.

A notoriedade de Bové, bem como da *Confédération Paysanne*, organização sindical camponesa da qual é um dos fundadores e dirigentes, tem como marco o dia 12 de agosto de 1999. Foi nesta data que, em Millau, pequena cidade do Sul da França, produtores de queijo Roquefort, entre eles José Bové, realizaram o protesto que os conduziria às manchetes dos jornais do mundo: o desmonte simbólico da loja, então em construção, da rede de fast food McDonald's, escolhida como

símbolo a um só tempo da ordem econômica globalizada e da comida standartizada, a *malbouffe*.

A expressão *malbouffe* é empregada para designar comida de má qualidade, considerada não-sadia, associada à homogeneização e à produção em larga escala, características dos processos de industrialização dos alimentos e de intensificação da produção agrícola. A noção é construída em oposição aos alimentos de qualidade, associados à produção em escala artesanal, de procedência conhecida, em que são valorizadas as características regionais. Na categoria *malbouffe* estariam incluídos os alimentos transgênicos, o que explica que em uma das paredes da loja McDonald's de Millau tenha sido escrita a frase “não queremos comida Frankenstein” (Le Larzac, terreau du combat idéologique: les intellectuels-paysans y ont semé leurs idées, *Libération*, 30/6/2000).

A detenção de José Bové, que se seguiria ao episódio de Millau, provocaria manifestações de solidariedade na França e no exterior. Alguns meses mais tarde, em Seattle (EUA), nos protestos realizados durante a Conferência Interministerial da Organização Mundial do Comércio – a chamada Rodada do Milênio –, o ativista francês ver-se-ia consagrado ícone da luta anti-globalização. Desde então, cada vez que, em algum canto do planeta, Bové está presente em uma manifestação, esta alcança repercussão internacional.

É assim que podemos compreender a aparição, em janeiro de 2001, de Não-Me-Toque nas páginas dos jornais do mundo.

“Mais de 800 pequenos agricultores e colonos sem-terra liderados pelo MST destruíram ontem aproximadamente 2,5 hectares de soja e milho pertencentes à empresa Monsanto que estavam plantados em uma área experimental no município de Não-Me-Toque. Segundo os manifestantes, que invadiram a sede da empresa quinta-feira à noite, as lavouras eram de sementes geneticamente modificadas. [...] Stédile, acompanhado pelo líder camponês francês José Bové, 80 representantes da Via Campesina, Ives Dinicoli, do Partido Comunista Francês, e cerca de 40 jornalistas, chegou ao local da área invadida no início da manhã. Todos participam do Fórum Social Mundial” (MST destrói lavoura experimental, *Correio do Povo*, 27/01/2001).

Nos dias que se seguiriam ao episódio – e a partir de sua repercussão internacional –, Bové seria caracterizado pela mídia como o principal protagonista da destruição das lavouras experimentais de soja e milho geneticamente modificados pertencentes à Monsanto, sendo que tal imagem seria consolidada a

partir de medida da Polícia Federal brasileira, que determinava a saída do ativista francês do país em um prazo de 24 horas¹⁰.

É a partir de tal repercussão que podemos entender o destaque e a recorrência com que o episódio apareceria nos depoimentos dos moradores de Porto Alegre entrevistados. O episódio no qual Bové é percebido como protagonista seria comentado por treze dos vinte e cinco informantes de Porto Alegre. Em dez destes depoimentos, o episódio surgiria espontaneamente, como primeira referência a partir da simples menção da polêmica sobre os transgênicos.

Em alguns dos depoimentos, a partir da lembrança do episódio, seria evidenciada desaprovação ao método empregado na realização do protesto; por vezes, seria explicitada opinião que considera particularmente inadequada a participação de Bové no episódio. À impropriedade da ação do “francês” seria relacionada a idéia de que ele se intrometera em assunto que não lhe dizia respeito, e a essa intromissão apareceria associada a referência à sua nacionalidade ou, mais precisamente, ao fato de ser estrangeiro:

Eu acho que ele não tem nada que se meter aqui também, ele que fique lá na terra dele, e deixe o pessoal aqui, afinal não é terra dele. (Vanilde)

Entretanto, nos depoimentos, nem sempre a hostilidade ao que é estrangeiro seria dirigida à figura do ativista francês. Ao contrário, por vezes essa hostilidade seria direcionada exatamente àquilo que se configurava como alvo da manifestação ocorrida em Não-Me-Toque, os alimentos e cultivos transgênicos, bem como as empresas que os promovem:

Produto argentino, eu não compro. Por causa dos transgênicos, que eles estão liberados, os transgênicos, lá. [...] É nacional? Se eu vou ver a goiabada, de onde que é a goiabada? Goiabada geralmente é. Toda a goiabada é boa, o princípio dela é bom, entende? (Helena)

Eu acho que aqui no Brasil eles deixam fazer tudo, né, se é um produto, transgênico, que tem informação científica de que faz mal, por que eles não fazem no país deles, vêm fazer aqui? (Sônia)

¹⁰ A medida da Polícia Federal, que viria a ser anulada pela concessão de um salvo-conduto, alimentaria local, nacional e internacionalmente a polêmica a respeito das diversas interpretações sobre a participação do dirigente camponês no episódio.

José Bové e os cultivos transgênicos teriam, assim, em comum, o fato de serem estrangeiros. Pessoa e plantas seriam tidas como objetos de hostilidade pelo fato de serem não-familiares, exóticas.

Nesse ponto, podemos observar semelhanças com a análise desenvolvida por Comaroff e Comaroff (2001) em seu estudo sobre as repercuções na África do Sul de um gigantesco incêndio ocorrido na Cidade do Cabo, no período que se segue à virada do milênio. Os autores mostram como a presença de “plantas invasoras estrangeiras” seria, na interpretação das causas daquele episódio, crescentemente afirmada como motivo da catástrofe. Evidenciam, ainda, que à dominância dessa interpretação corresponderia um processo de “naturalização do fluxo da xenofobia” naquela sociedade e que, nesse movimento, a presença da “natureza alienígena” tornar-se-ia veículo de temas relacionados à própria constituição da nação no debate público daquela sociedade.

No entanto, se podemos identificar manifestações de hostilidade ao estrangeiro, tanto no estudo realizado na África do Sul como em depoimentos de consumidores gaúchos, há no segundo caso um antagonismo que não encontra correspondência no primeiro.

A ação de José Bové teria por alvo as plantas transgênicas, o que colocaria, nesse caso, pessoa e plantas estrangeiras em campos opostos de um debate público específico. Esse antagonismo nos apresenta uma contradição, que pode ser melhor evidenciada a partir do seguinte trecho de depoimento:

O Bové esteve aí se manifestando contra, porque existe um grande interesse das indústrias, principalmente norte-americanas, contra esses transgênicos, porque eles são mais resistentes a uma série de pragas, não necessitam tantos agrotóxicos, então se todo mundo passar a plantar os transgênicos, vai usar apenas um tipo de agrotóxico pra limpar a terra, e os não-transgênicos necessitam outros tipos de agrotóxicos, em uso muito maior. (Paulo)

Para esse informante, em cuja fala aparece implícito um dos principais argumentos utilizados em defesa do plantio da soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul – à utilização de um único tipo de herbicida seria associada a suposta redução de custos, bem como de danos ao meio ambiente –, os estrangeiros José Bové e empresas norte-americanas estariam lado a lado, contrapondo-se aos cultivos geneticamente modificados, cuja origem não é mencionada.

Dessa forma, o informante coloca em um mesmo pólo do embate aquilo que é estrangeiro. Ao fazê-lo, parece ignorar que a soja geneticamente modificada, bem como o herbicida empregado em seu cultivo, são produtos da empresa norte-americana Monsanto e distorce um outro argumento utilizado pelos defensores dos cultivos transgênicos, que advogam que as restrições impostas pelos países europeus à utilização da biotecnologia na agricultura teriam como fundamento disputas comerciais com empresas norte-americanas. Entretanto, ao construir sua interpretação, o informante soluciona uma contradição. Afinal, como explicar o combate do ativista francês às igualmente estrangeiras plantas transgênicas? Ou, ainda, como interpretar a crítica a Bové mesmo entre aqueles que manifestariam rejeição aos cultivos e alimentos geneticamente modificados?

Como já mencionado, à época do episódio de Não-Me-Toque, e especialmente a partir da repercussão da ação da Polícia Federal, houve uma acalorada disputa entre as diferentes interpretações a respeito da participação do ativista francês no protesto. Enquanto Bové era aclamado herói pelo Fórum Social Mundial, a mídia, especialmente a local, assumia um tom de indignação nacionalista na crítica à ação de Bové, estendendo-a ao Fórum.

“Imagine-se o que ocorreria se um brasileiro invadisse uma área de parreirais na França e os destruísse. Cadeia, na certa. Tratam assim os bagunceiros por lá. No Brasil, o remédio é mais brando. O líder camponês José Bové deve ter-se sentido muito à vontade para fazer arruaças sob o manto de impunidade que o Fórum Social Mundial poderia lhe conferir. Enganou-se. O mundo é imenso. Monsieur que vá fazer baderna, mas em outra freguesia” (Aqui não é quintal, *Correio do Povo*, 30/01/2001).

Pode-se perceber na visão do colunista expressa no trecho destacado acima uma nota de xenofobia que guarda correspondência com a forma como, à época, o episódio seria narrado pela mídia. Ali, vale notar, Bové não é retratado como um estrangeiro qualquer: é também um “baderneiro”. Desse modo, à crítica ao suposto protagonista da ação – que, na condição de estrangeiro, estaria *fora do lugar* – somar-se-ia a crítica ao método utilizado na realização do protesto.

Um ano após o ocorrido em Não-Me-Toque, a julgar pelos depoimentos de alguns informantes, parece ser dessa visão que se aproxima a interpretação do episódio consolidada como dominante. Um único informante consideraria justificada a destruição das plantas geneticamente modificadas, apesar de “ato extremo”:

Até o francês, aquele, esteve aí no ano passado, e estragou uma lavoura, dizimou. Deu uma polêmica sem tamanho! Não sei, foi um ato extremo, mas não estava tão errado assim, tem que chamar a atenção mesmo, senão daqui a uns dias nós estamos comendo veneno aí... (Gilberto)

Ao contrário, em depoimentos de vários dos informantes, mesmo entre aqueles que manifestariam resistência aos alimentos e cultivos transgênicos, o protesto seria alvo de desaprovação. Em alguns deles seria, ainda, conferido destaque à violência com que teria sido realizado:

Eles quebraram todo o laboratório! Todos os equipamentos! Tudo quebrado, e arrancaram todos os pés plantados. Então foi muito violento. Eu acho que foi uma anti-propaganda. (Karen)

Quebrar, arrancar, estragar e dizimar seriam alguns dos verbos empregados pelos informantes para descrever o episódio, os mesmos termos que, entre outras expressões de sentido equivalente, encontráramos nas reportagens registradas nos veículos da mídia impressa local.

Entretanto, cabe notar que, no depoimento destacado, parece haver um superdimensionamento da violência, não apenas em relação ao episódio como ocorrido, mas também quando contrastada com as reportagens publicadas na época.

Talvez possamos intuir que esse exagero encontre correspondência no tratamento conferido pela televisão ao episódio. Afinal, como explica Champagne (1991), a televisão exerce um forte efeito de dominação entre os meios de comunicação, o que pode ser atribuído, por um lado, à difusão mais ampla que proporciona à notícia e, por outro, ao efeito de dramatização da informação quando colocada em imagens.

Podemos, ainda, supor que o superdimensionamento da violência na fala da informante seja decorrente do efeito provocado pelo que o mesmo autor nomeia de *lógica do precedente* – anteriormente comentada. Assim, o que havia de inédito, no Brasil, no protesto de Não-Me-Toque, parece ter sido encoberto, no tratamento conferido pela mídia, por referências a ações aqui já ocorridas, mais precisamente as realizadas pelo MST, também protagonista do episódio em foco.

No que se refere ao tratamento conferido pela mídia ao MST, Guareschi et al. (2000) evidenciam, para o caso gaúcho, a realização de um trabalho de construção simbólica, que tem se dedicado à caracterização das ações do MST como “atos criminosos, violentos e desprovidos de base legal”. Os trechos da reportagem abaixo cabem como exemplo:

“A invasão dos prédios da Receita Federal e do Incra marcou o reaparecimento das armas nas ações realizadas pelos sem-terra na capital. Foices, facões, machados e porretes de madeira eram empunhados pela maioria dos colonos, incluindo adolescentes.

Porto Alegre estava livre de colonos armados desde 1995. Naquele ano, a Secretaria da Segurança orientou a Brigada Militar a vistoriar os ônibus com colonos na entrada da cidade e impedir a entrada de ferramentas. Na invasão de ontem, os sem-terra garantiram que não haveria violência. [...] O ex-secretário da justiça e segurança José Fernando Eichenberg afirmou que no governo passado as ferramentas eram apreendidas para evitar que se tornassem armas em um confronto. Em 1990, durante conflito entre PMs e sem-terra no centro, o soldado Valdeci de Abreu Lopes foi degolado por uma foice. No episódio de ontem, a Brigada não revistou os ônibus na entrada de Porto Alegre [...]” (Sem-terra voltam a empunhar foices e facões, *Zero Hora*, 12/09/2000).

A associação entre o episódio de Não-Me-Toque e as ações do MST permite apreender uma visão negativa sobre o episódio ocorrido em Não-Me-Toque entre os informantes, mesmo entre aqueles que manifestariam rejeição aos alimentos e cultivos transgênicos.

Dados o destaque e a recorrência com que o episódio de Não-Me-Toque apareceria nos depoimentos dos moradores entrevistados de Porto Alegre, podemos supor que talvez seja a partir dele – ou, mais precisamente, da imagem dele criada e repercutida pela mídia – que parcelas significativas da população da cidade tenham tido contato com o tema transgênicos. De fato, na maior parte dos depoimentos, esse episódio sobrepor-se-ia a qualquer outro entre os vários relacionados à polêmica em torno dos organismos geneticamente modificados ocorridos no Rio Grande do Sul até o início de 2002, quando foi concluída a etapa de coleta de dados para esta pesquisa.

No campo das representações sociais, entre os moradores de Porto Alegre entrevistados, o episódio de Não-Me-Toque parece condensar toda uma história anterior de conflitos, que tivera, como visto no item anterior, seus momentos de maior tensão em 1999.

*

A análise do papel da mídia gaúcha na construção da fogueira como ameaça e de sua consolidação no debate sobre os transgênicos e as referências do episódio de Não-Me-Toque pelos informantes de Porto Alegre permitiram perceber o lugar central ocupado pela mídia na construção de representações sociais. Mas, se é fato que essas imagens seriam fabricadas através do trabalho realizado pela mídia, sabemos que essa construção não ocorre a partir do nada, em um vazio de práticas e símbolos. Ao agir fabricando coletivamente representações sociais, as interpretações produzidas pela mídia muitas vezes não fazem mais do que reforçar as interpretações espontâneas, mobilizando pré-julgamentos existentes na sociedade¹¹ (CHAMPAGNE, 1991).

Referências Bibliográficas

- BOVÉ, J.; DUFOUR, F. *Le monde n'est pas une marchandise: des paysans contre la malbouffe*. Paris: La Découverte, 2000.
- CHAMPAGNE, P. La construction médiatique des "malaises sociaux". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 90, p. 64-75, 1991.
- _____. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. La médiatisation des risques et l'espace public. *Actes de la treizième séance du séminaire du programme risques collectifs et situations de crise du CNRS (organisée à l'École Nationale Supérieure des Mines de Paris)*. Grenoble: CNRS, 1999.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 2001.
- CHEVEIGNÉ, S. La science médiatisée: le discours des publics. *Hermès: cognition, communication, politique*, Paris, v. 21, p. 95-106, 1997.

¹¹ Isso também é evidenciado para o debate sobre energia nuclear na Alemanha, analisado por Kepplinger (1995) que, discutindo a relação entre cobertura jornalística e opinião pública ao longo de duas décadas, aponta para a correspondência existente entre elas e sugere a ocorrência de um processo de reforço mútuo: uma vez induzidos os medos da população, as expectativas então geradas exerceriam pressão para a publicação de reportagens negativas em relação ao tema.

_____. *L'environnement dans les journaux télévisés: médiateurs et visions du monde.* Paris: CNRS, 2000.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o estado pós-colonial. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 57-106, 2001.

GUARESCHI, P. Outra comunicação é possível: meditações. In: _____ (Org.). *Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política.* Porto Alegre: Evangraf. 2002.

GUARESCHI, P.; MAYA, P. V.; POSSAMAI, H. “Essa gentalha infeliz”: a representação social dos Sem Terra segundo Mendelski. In: GUARESCHI, P. (Org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.* Petrópolis: Vozes. 2000.

KEPPLINGER, H. M. Individual and institutional impacts upon press coverage of sciences: the case of nuclear power and genetic engineering in Germany. In: BAUER, M. (Ed.). *Resistance to new technology: nuclear power, information technology and biotechnology.* Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

LAGADEC, P. Les médias en situations de crise: constats et questionnements à partir de couvertures d'actes de terrorisme. *Actes de la treizième séance du séminaire du programme risques collectifs et situations de crise du CNRS (organisée à l'École Nationale Supérieure des Mines de Paris).* Grenoble: CNRS, 1999.

MARQUES, P. E. M.; BLEIL, S. I. A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 158-177, 2000.

MARTIN, J. P. La Confédération Paysanne et José Bové: des actions médiatiques au service d'un projet?. *Ruralia*, Paris, v. 6, p. 129-150, 2000.

MENASCHE, R. Uma cronologia a partir de recortes de jornais. *História, ciências, saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 523-540, 2000.

_____. Legalidade, legitimidade e lavouras transgênicas clandestinas. In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía.* Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul.* Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003a. 283f.

_____. Frankenfoods e representações sociais: percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação. *Theomai: estudios sobre sociedad, naturaleza y desarollo.* Buenos Aires, 2003b. número especial.

MOIRAND, S. Formes discursives de la diffusion des savoirs dans les medias. *Hermès: cognition, communication, politique*, Paris, v. 21, p. 33-44, 1997.

PURDUE, D. *Anti-GenetiX: the emergence of the anti-gm movement*. Aldershot: Ashgate. 2000.

RICROCH, A. Du génétiquement modifié au génétiquement identique. *Pour*, Paris, n. 159, p. 11-18, 1998.

*Recebido para publicação em maio de 2004.
Aprovado para publicação em junho de 2004.*